

O CETICISMO MORAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THE MORAL SKEPTICISM IN THE INTERNATIONAL RELATIONS

Magnus Dagios*

RESUMO: A moralidade nas relações internacionais é uma das questões que sempre suscita debates ao longo dos tempos. O problema é se devemos ou não utilizar as mesmas normas que utilizamos dentro dos Estados na relação com os outros estados, permanece ainda como um impasse insolúvel. Os realistas desde a antiguidade defendem a idéia de que os padrões morais em matérias internacionais são apenas pedaços de papéis. Os deploráveis fatos ocorridos durante as décadas nas relações entre os estados, os realistas questionam a aplicação das normas morais na relação entre os Estados, para depois argumentar, o ceticismo moral, que mentiras não são mentiras ou que assassinos não são assassinos. Com este trabalho pretendo analisar os argumentos do ceticismo moral nas relações internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Política, Filosofia Política, Teoria Política Internacional.

ABSTRACT: The morality in the international relations is one of the questions that always excite debates throughout the times. The problem is if we must or not to use the same norms that we use inside of the States in the relation with the other states, still remains as an insoluble impasse. The realists since the antiquity defend the idea of that the moral standards in international substances are only pieces of papers. The deplorable facts occurred during the decades in the relations between the states, the realists question the application of the moral norms in the relation between the States, to later arguing, the moral skepticism, which lies are not lies or that murderous are not murderous. With this work I intend to analyze the arguments of the moral skepticism in the international relations.

KEY WORDS: Political Theory, Political Philosophy, International Political Theory.

A observação de George Kennan de que a conduta das nações não pode ser julgada por padrões morais é a marca do realismo político, ou ceticismo moral, nas relações internacionais. A proposta desse trabalho será avaliar algumas características do ceticismo moral nas relações internacionais e testar as suas forças e possíveis falhas nos argumentos, naquela corrente que tem recebido o maior respaldo ao longo dos anos quando se voltam os teóricos para pensar as relações entre os Estados.

Vários são os exemplos de filósofos que pensam que nas relações internacionais a moral não prevalece, como, por exemplo, Benedetto Croce, auto declarado discípulo de Maquiavel, que diz que nas relações internacionais, mentiras não são mentiras e assassinos

* Doutorando em Filosofia-PUCRS/Capes. Contato: magnusdagios@hotmail.com

não são assassinos, ou Morgenthau, um realista clássico que argumentou: “o realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados em sua formulação universal abstrata, mas devem ser filtrados pelas circunstâncias concretas de tempo e local”¹.

O realismo afirma que as relações internacionais são sempre guiadas pela política do poder, que desconsidera que padrões morais possam ser utilizados para a condução dessa política, e age exclusivamente pelos interesses nacionais. Aumentar e manter o poder são os únicos objetivos dos chefes de Estado, para Spinoza, e se não fazem isso violam o contrato com os seus súditos. Para os cidadãos de uma democracia a condução da política dentro do território é inteiramente apropriada ser julgada com padrões normativos. Em outras palavras, aquilo que é aceito como devendo ser o caso, nas relações internas nos Estados democráticos, não é o caso, quando se trata das relações entre os Estados. Para alguns filósofos essa visão do realismo de que em matérias internacionais a moral não pode ser considerada, é uma ingenuidade igual ou maior a dos moralistas ingênuos. Uma vez explicitado de uma forma um pouco mais complexa, a intenção realista de que as relações internacionais só podem ser medidas por padrões da política do poder ou interesses, essa tese fica enfraquecida. Mas antes vamos destacar as características principais do realismo político.

Morgenthau sintetizou em seis princípios fundamentais a teoria do realismo político nas relações internacionais. Para ele a natureza humana possui um caráter imutável, caracterizado pelo egoísmo, auto-apreço e auto-interesse. A política é uma esfera autônoma e separada da economia e da moral. O auto-interesse é um fator básico da condição humana, e as relações internacionais são uma arena de interesses divergentes. Tais interesses são dinâmicos, sempre em transformação, e a doutrina do realismo tende a sempre se adaptar a realidade mutante. A ética das relações internacionais, para os realistas, é uma ética política, diferente de uma ética privada, na medida em que os governantes se comprometem com questões bem mais complexas e difíceis do que os cidadãos em suas esferas privadas. Dentro da realidade política o governante se esforça para atingir o melhor êxito para a segurança e o bem estar dos cidadãos. Os realistas se opõem a idéia de que Estados democráticos ou não, podem impor suas ideologias para outros Estados. Isso ameaçaria a paz entre os Estados.

¹ JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às relações internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 114.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 89-95
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

Além disso, nutrem de um pessimismo para com a natureza humana, ao constatar suas imperfeições e limitações e tendem a ver a realidade mais como é do que como deveria ser².

Alguns dos teóricos das relações internacionais pensam como Hobbes que argumentou que na ausência do Estado, em estado de natureza, não existe justiça e injustiça, ou seja, a moralidade e padrões normativos só existem em comunidade. Outros são partidários de que existe uma moral nas relações internacionais, mas que difere de uma moral do senso comum. Hume, por exemplo, pensa que a moralidade é a do senso comum, no entanto, para príncipes elas têm menos força. Também tem aqueles que como Weber, pensam que a moralidade na política é a da “responsabilidade”, uma ética diferente da esfera privada, ou cristã. Essas morais especiais, muitas vezes, podem servir para aplicação da violência desmedida, como meios políticos para se atingir fins, o que em se tratando dos padrões morais usuais, elas se parecem pouco. De acordo com Marshall Cohen, a diferença entre aqueles que dizem que a ordem internacional é sustentada sem padrões morais, e aqueles que imaginam uma ética na política, no entanto diferente de uma ética privada, é praticamente nula³.

Para Cohen, devemos diferenciar a moralidade dos moralistas para poder entender, como uma moral pode valer nas relações internacionais. A questão para ele é que às vezes os realistas confundem as duas atitudes. Aquele que defenderia uma moral genuína nas relações internacionais poderia concordar com os realistas que em certos casos agir por prudência é a melhor solução, como por exemplo, ao concordar prudentemente com regimes que possuem padrões morais que rejeitamos. Também ter uma conduta moral, nesse caso, não significaria apoiar demagogias em épocas de guerras, ou ideais utópicos e sentimentais, o que seria uma atitude hipócrita e de auto-engano. Assim uma moral genuína nas relações internacionais não invocaria fórmulas no sentido messiânico, como conquistar as “forças do mal” porque a justiça requer isso. A moralidade para as relações internacionais deveria pesar as atitudes, de forma a não cair no moralismo ingênuo e nem num realismo cego: “O poder político não é a única alternativa para um moralismo desorganizado”⁴.

Evidentemente Cohen, não aceita que os mesmos padrões morais da vida privada sejam exercidos nas relações entre os Estados. Em determinados casos, tanto na moral privada como na moral internacional, a moralidade cega, ou o moralismo ingênuo deve dar razões

² JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às relações internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 116-117.

³ COHEN, Marshall. *International Ethics*. Vários autores. New Jersey: Princeton University Press, 1990. p. 5.

⁴ COHEN, Marshall. *International Ethics*. Vários autores. New Jersey: Princeton University Press, 1990. p. 8.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 89-95
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

para as circunstâncias. Quebrar promessas para salvar uma pessoa, mentir para que a Gestapo não seqüestre judeus, assassinar um terrorista pronto para desferir um ataque bomba, parecem situações moralmente justificadas. Então nas relações internacionais assim como na vida privada, a moralidade também obedece às circunstâncias, e assim podemos desdenhar o chefe de Estado que esquentou suas mãos sobre as cinzas das ruínas de seu território com o conforto do pensamento de que jamais tinha mentido⁵. Diz Cohen:

Como Treitschke sugeriu, os realistas estão certos em pensar que no mínimo algumas ações que simplesmente moralistas deploram são de fato necessárias, defensáveis, e até mesmo admiráveis. Mas desde que os realistas também frequentemente partilham a simples opinião dos moralistas de que estas ações são banidas pela moralidade, eles são compelidos para adotar a inaceitável posição que a conduta internacional não pode ser julgada por padrões morais⁶.

A alternativa para Cohen deve ser concebida através não do moralismo ingênuo ou do realismo cego, mas de uma correta medida de moralidade, pensada em termos mais complexos. Uma concepção moral razoável e mais precisa necessita pressupor exceções. Mas os realistas mais sofisticados poderão argumentar que a moralidade que admite exceções não conseguirá aceitar medidas que eles consideram legítimas. Nesse sentido, as ações dos realistas longe de cair nas exceções da moralidade, podem chegar a tal ponto que se tornariam objetáveis pela moral, como por exemplo, violar direitos. Essas ações que violariam direitos, pactos e acordos, estariam legitimadas para os realistas e nesse sentido, seriam politicamente aceitáveis, mas moralmente ilegítimas⁷.

O problema dos realistas são as suas visões reducionistas do campo moral, “eles são imperfeitos por suas falhas para apreciar o fenômeno do conflito moral. E isto é um fenômeno que qualquer adequada moralidade complexa deve reconhecer”⁸. Então muitas vezes o que seria uma violação moral, na verdade é a recusa de uma moralidade por uma que tem um peso maior ou uma maior força de obrigação. Assim, violar pactos, com o objetivo de salvaguardar as liberdades políticas e civis e se defender contra qualquer fascismo, não seria moralmente condenável. Uma moralidade complexa admite nos conflitos morais que podemos violar certas normas para a execução de outras que obrigam de uma maneira mais justificada. Os

⁵ Idem, p. 8.

⁶ Idem, p. 9.

⁷ Idem, p. 10.

⁸ Idem, p. 10.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 89-95
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

realistas, deste modo, possuem uma visão simplista da moralidade, e tendem a não ver a complexidade dos conflitos morais. Isso não significa, no entanto, que uma moralidade que leva em consideração os conflitos morais, possa ser uma moralidade condescendente com os atos de barbárie ou injustificados.

Os realistas como Maquiavel, Croce, e depois Morgenthau, pensam que as relações internacionais ocupam uma esfera autônoma do poder político em relação à moralidade. O livro clássico de Morgenthau “A política entre as nações”, exclui a esperança de uma alternativa moral para o poder político consequencialista. As relações entre os Estados só podem estar baseadas na prudência do poder político e seria tolo, para ele, alguém considerar escolher entre o poder político e a balança do poder de um lado e o melhor tipo de relações internacionais do outro⁹. Uma melhor organização das relações internacionais, que não consideram o realismo político, é no mínimo uma utopia para Morgenthau. Todo o poder político assim entendido é política para manter ou aumentar o poder.

Mas para Cohen, se como pensa Morgenthau, que em todas as esferas da vida existe uma guerra disfarçada pelo poder, mostrar que existem Estados afortunados com cidadãos felizes, assim como famílias bem sucedidas e harmoniosas, refutaria o argumento do realista. A política de poder, não pode ignorar, segundo ele, que a política em si mesma, está em busca do melhor, e nas relações internacionais “do melhor tipo de política internacional”. Neste sentido, o terreno da política internacional, não é apenas um campo aberto para ditadores e tiranos, mas também para a possibilidade da conduta ética¹⁰. Ver o homem como mal e possuir uma concepção demasiado simplista de natureza humana parece ser o erro típico dos realistas.

Mas será que toda a política internacional é uma luta pelo poder? Para Cohen, Morgenthau admiti que a política internacional é sempre a política do poder e relega certas atividades como trocas de informação científicas, culturais, atividades diplomáticas, para um plano que não há a luta pelo poder. No entanto, essas ações não podem ser ignoradas no plano internacional, e reduzir, portanto, a política internacional apenas a luta pelo poder, é ignorar essas outras relações que também são políticas e não ignoram a conduta ética.

Morgenthau concebe a esfera política como autônoma da moral, do direito, ou da economia. O político raciocina “em termos de interesse definido como poder; enquanto o

⁹ COHEN, Marshall. *International Ethics*. Vários autores. New Jersey: Princeton University Press, 1990. p. 11.

¹⁰ Idem, 12.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 89-95
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

economista pensa em função do interesse definido como riqueza; o advogado toma por base a conformidade da ação com as normas legais, e o moralista usa como referência a conformidade da ação com os princípios morais”. Cito Morgenthau:

O realista político não ignora a existência nem a relevância de padrões de pensamento que não sejam os ditados pela política. Na qualidade de realista político, contudo, ele tem de subordinar esses padrões aos de caráter político e ele se afasta das outras escolas de pensamento quando estas impõem à esfera política quaisquer padrões de pensamento apropriados a outras esferas¹¹.

Contudo para Cohen a moral não tem essa autonomia com relação às outras áreas das atividades humanas, na medida em que todas as atividades podem ser julgadas por padrões morais, inclusive a política. A moralidade tem o papel necessário de aplicar seus valores para as ações dessas outras atividades. Assim, a moralidade pergunta em meio a duas políticas, qual realiza de forma mais correta os princípios morais e os valores aceitos pela comunidade.

A balança de poder para os realistas deve poder sacrificar os julgamentos desinteressados, os tratados solenes e os direitos legais e morais, para preservar a balança e seu *status quo*. Alguns realistas acreditam no equilíbrio da balança de poder, para alcançar um bem estar e diminuir a quantidade de direitos que são violados. Mas essa versão do utilitarismo é demasiado suspeita, pois permite a violação de direitos para aumentar o bem estar e a minimização dos danos. Por isso a balança de poder sempre colocará na frente à defesa do poder sobre os direitos. Muito melhor seria manter o poder nas mãos de um país bem intencionado, do que permitir que uma balança de poder viole os direitos dos povos e dos homens, para manter um equilíbrio e pesar apenas conseqüências da luta para preservar ou manter o poder.

De fato, para Cohen, nós devemos buscar a moralidade em sentido muito mais complexo do que se servem a maioria dos realistas políticos das relações internacionais. Dentro dessa perspectiva, existem defensores da balança de poder que consideram que as políticas de organização do poder podem ser estabelecidas dentro das fronteiras morais. A ambigüidade do termo balança de poder permite que dentro dessa abordagem se coloque até mesmo aqueles a favor de uma moral dentro de certos limites. Então a tentativa de considerar a balança de poder apenas como uma luta pelo poder que desconsidera a moralidade e os

¹¹ MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. 22-23.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 89-95
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

direitos fica comprometida. O erro de acordo com Cohen é uma visão demasiada simplista da moral pelos realistas. Assim “para algumas das ações que simplesmente moralistas condenam como imoral e realistas defendem como, apesar disso, politicamente necessárias são de fato defensáveis em fundamentos mais complicados”¹². Em certos casos, o que parece ser um desrespeito moral, em uma moralidade mais complexa é aceitável, e descrever esses atos como uma pura luta do poder dentro da balança é cometer um equívoco.

Portanto,

o complexo moralista pode acomodar os plausíveis casos da política realista, pois são casos em que um argumento moral satisfatório pode ser dado. Mas ele condenará as teorias realistas e pensa que em descrever até mesmo casos moralmente justificados como justificados puramente de forma política, ou pela balança de poder, fundamentará que os realistas têm obscurecido a distinção entre as ações moralmente justificadas e moralmente injustificadas. Mesmo quando ele concorda com os realistas políticos sobre casos difíceis e controversos, o moralista complexo fará somente depois de ter feito um difícil julgamento moral. E freqüentemente, é claro, ele rejeitará como moralmente inaceitáveis políticas e ações que os realistas, e teorias realistas, recomendam¹³.

A política como esfera autônoma da moral nas relações internacionais deve ser combatida como implausível, pois aquilo que contribui para o equilíbrio do poder, não é algo justificável apenas por manter esse estado. O equilíbrio político só pode ser mantido quando os interesses nacionais são restringidos mediante uma razoável justificação das ações em jogo. Não fazer essa análise, levará a balança do poder, para uma luta nua que poderá colocar em risco o próprio sistema internacional. Avaliar em que medida é possível restringir a luta pelo poder dos realistas cegos, é permitir um plano razoável para as relações entre os Estados.

Referências

- JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às relações internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- BEITZ, Charles R. *Political Theory and International Relations*. New Jersey: Princeton University Press, 1999.
- COHEN, Marshall. *International Ethics*. Vários autores. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

¹²COHEN, Marshall. *International Ethics*. Vários autores. New Jersey: Princeton University Press, 1990. p. 21.

¹³ Idem, p. 22.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 89-95
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------